



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Novo Repartimento



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Novo Repartimento (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

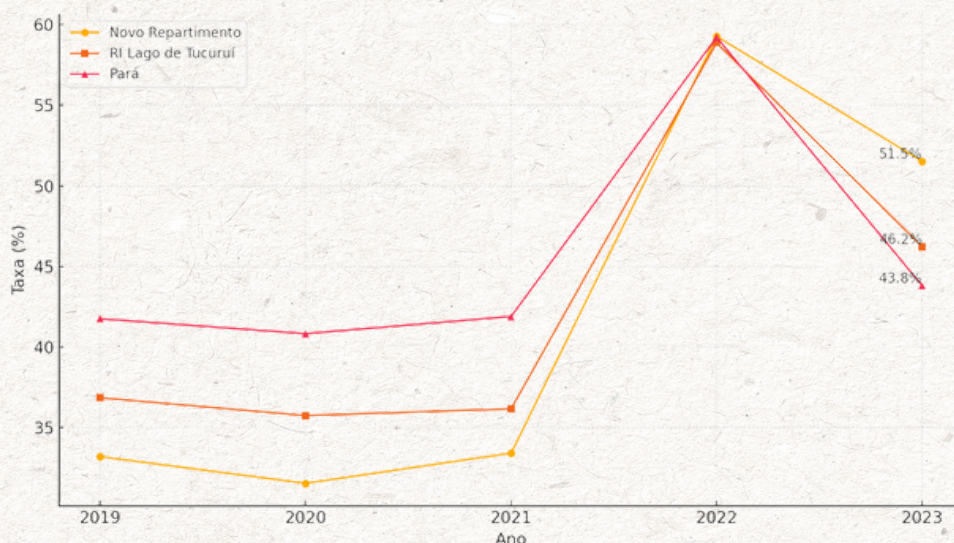
A taxa de pobreza em Novo Repartimento apresentou estabilidade entre 2019 e 2021, com valores entre 31,5% e 33,2%. No entanto, em 2022, observou-se um expressivo aumento para cerca de 59%, indicando forte impacto de fatores conjunturais – possivelmente relacionados à crise econômica gerada pela pandemia de COVID-19 e à lenta recuperação no pós-pandemia. Esse salto foi superior à média registrada tanto na Região de Integração Lago de Tucuruí quanto no estado do Pará, que também apresenta-

ram crescimento significativo nesse ano (Gráfico 1).

No ano de 2023, houve uma retração da taxa de pobreza, embora os níveis ainda permaneçam elevados. Em Novo Repartimento, a taxa recuou para 51,5%, mantendo-se acima da média regional (46,2%) e estadual (43,8%). Esse recuo, embora importante, não anulou o pico registrado no ano anterior, sugerindo uma persistência estrutural da pobreza no município mesmo diante de possíveis políticas de recuperação e programas de transferência de renda (Gráfico 1).



Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em relação às despesas públicas com serviços essenciais, Novo Repartimento manteve percentuais consistentemente elevados durante todo o período analisado, iniciando em 69,3% em 2019 e encerrando 2023 em 69,5%. Houve uma queda em 2020 (63,8%), seguida de uma rápida recuperação já em 2021 (68,3%), com tendência de leve crescimento nos anos seguintes. Esse comportamento indica um esforço do município em priorizar áreas como saúde, educação e assistência social, mesmo diante de crises fiscais e econô-

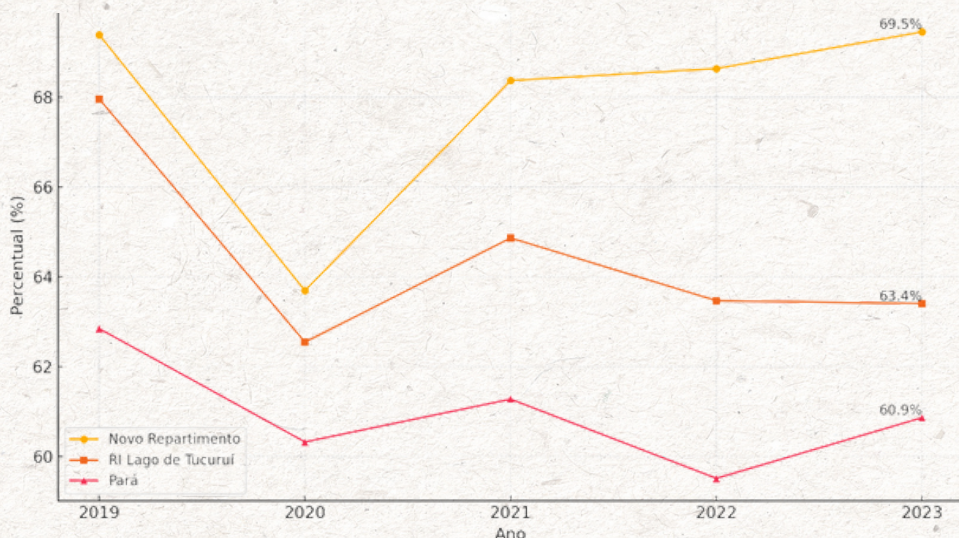
micas (Gráfico 2).

No contexto regional da RI Lago de Tucuruí, a trajetória também foi de queda em 2020, com posterior recuperação, mas os níveis médios foram inferiores aos de Novo Repartimento, oscilando entre 62,6% e 68%. Já o estado do Pará apresentou percentuais ainda mais baixos e estáveis, oscilando entre 59,3% (2022) e 63,9% (2019), com recuperação para 60,9% em 2023. A discrepância entre os percentuais sugere diferentes prioridades e capacidades fiscais nos três níveis de governo (Gráfico 2).

A consistência dos investimentos em serviços essenciais por parte de Novo Repartimento, mesmo em anos críticos, contrasta com sua alta taxa de pobreza, indicando que o montante alocado pode não estar sendo suficiente ou eficiente para reverter as desigualdades sociais. Esse paradoxo reforça a necessidade de avaliar a qualidade do gasto público, a eficácia dos programas implementados e o alinhamento entre orçamento e indicadores sociais para garantir impacto mais efetivo sobre o bem-estar da população (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2023, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Novo Repartimento apresentou oscilações significativas. Em 2019, o índice era de 6,3%, caindo para 4,6% em 2020 – o menor valor do período –, o que pode estar associado à ampliação de cuidados pré-natais naquele ano. A partir de 2021, contudo, a taxa volta a subir de forma acentuada, alcançando 7,6% em 2022, possivelmente refletindo os efeitos retardados da pandemia sobre o acesso aos serviços de saúde materno-infantil (Gráfico 3).

Em 2023, observa-se nova redução, com a taxa recuando para 6%, valor ainda inferior ao de 2019, mas superior ao pon-

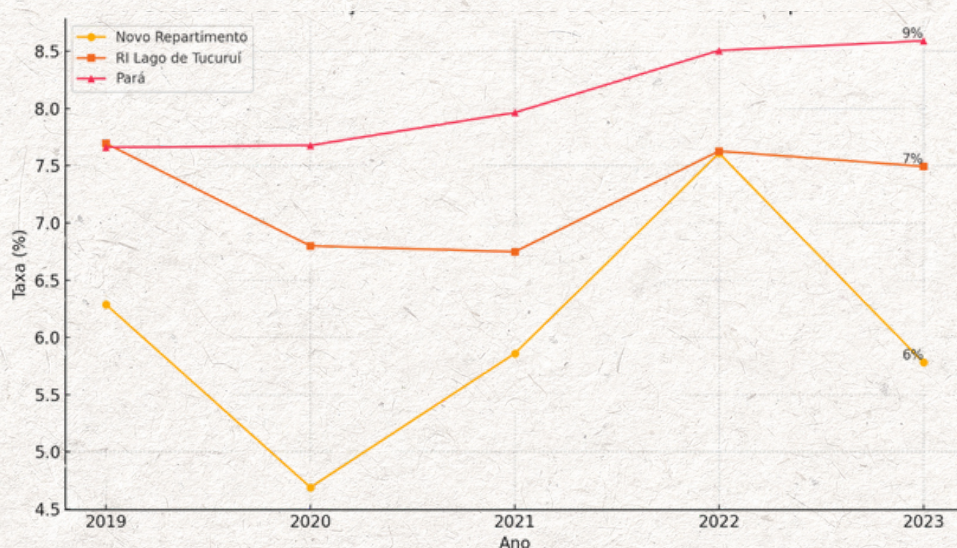
to mais baixo registrado em 2020. A RI Lago de Tucuruí manteve-se relativamente estável no período, oscilando entre 6,8% e 7,6%, enquanto o estado do Pará apresentou tendência de alta contínua, partindo de 7,6% em 2019 e atingindo 9% em 2023. Esse comportamento indica que, embora Novo Repartimento tenha enfrentado flutuações, ainda apresentou desempenho relativamente melhor em comparação com a média estadual (Gráfico 3).

O cenário geral aponta para um desafio persistente no enfrentamento de condições que levam ao baixo peso ao nascer, como desnutrição materna, falta de acompanhamento pré-natal e desigualdades so-

ciais. Apesar de apresentar variações positivas em alguns anos, a situação ainda exige políticas públicas contínuas e integradas de saúde, nutrição e assistência social para garantir condições adequadas durante a gestação, sobretudo nas regiões mais vulneráveis (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Novo Repartimento iniciou o período com um valor elevado de R\$ 14,4 mil por hectare em 2019, mas sofreu uma queda expressiva nos dois anos seguintes, atingindo o patamar mínimo de R\$ 9,2 mil por hectare em 2021. Essa retração pode estar relacionada a fatores como instabilidades climáticas, redução de investimentos ou queda na demanda por produtos agrícolas. Em contraste, a RI Lago de Tucuruí e o estado do Pará apresentaram comportamentos mais estáveis nesse intervalo,

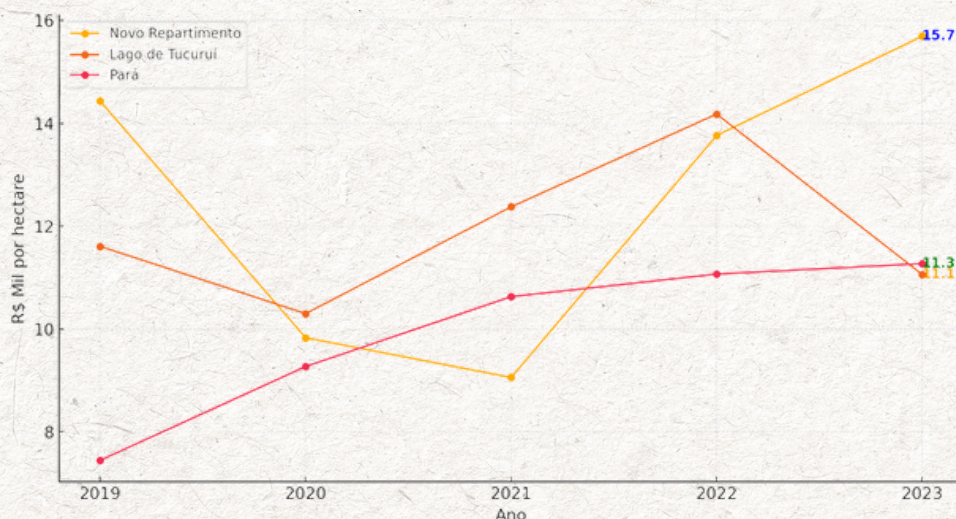
ainda que em níveis inferiores aos de Novo Repartimento (Gráfico 4).

A partir de 2022, observa-se uma recuperação robusta no município, com a produtividade saltando para R\$ 13,8 mil e alcançando o ápice de R\$ 15,7 mil por hectare em 2023, o maior valor entre os territórios analisados. Essa retomada demonstra a capacidade de recuperação do setor agrícola local, provavelmente impulsionada por melhor gestão dos recursos, mecanização, assistência técnica ou preços mais favoráveis no

mercado agrícola (Gráfico 4).

Comparativamente, enquanto a RI Lago de Tucuruí teve forte queda em 2023 (R\$ 11,1 mil), o estado do Pará mostrou crescimento contínuo e estável, encerrando o período com R\$ 11,3 mil. A análise evidencia que Novo Repartimento possui elevado potencial agrícola, mas que é vulnerável a variações conjunturais. Assim, torna-se essencial consolidar políticas de apoio técnico e de infraestrutura rural, com foco em estabilidade produtiva e maior agregação de valor à produção local (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

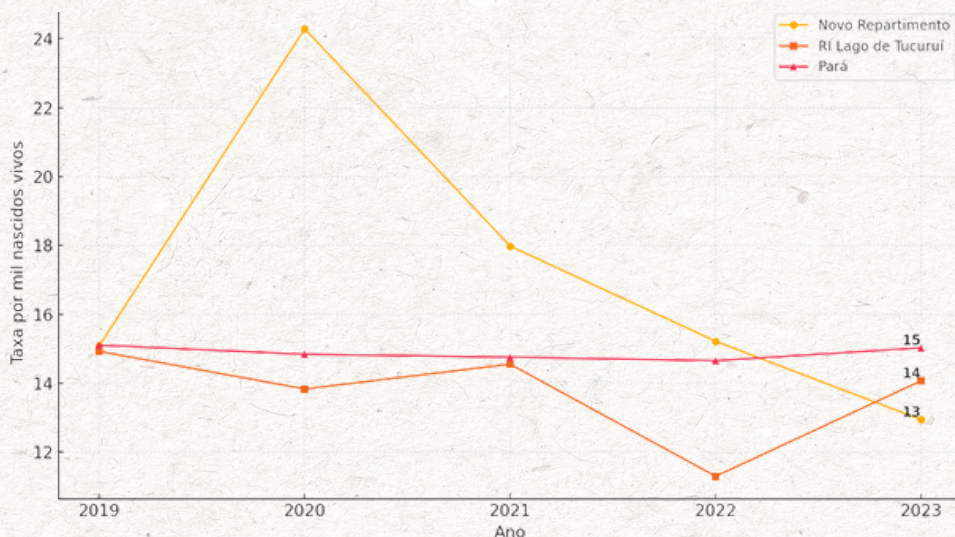
Entre 2019 e 2023, a taxa de mortalidade infantil em Novo Repartimento apresentou grande volatilidade. No início do período, o município tinha uma taxa próxima à média estadual e regional (15 por mil nascidos vivos). No entanto, em 2020 houve um salto expressivo para mais de 24 por mil, o que representa um agravamento severo e fora da curva em comparação aos demais níveis territoriais. Esse aumento pode ter sido influenciado por restrições no acesso à saúde durante a pandemia, falta de leitos neonatais e baixa cobertura de atenção básica (Gráfico 5).

Nos anos seguintes, observou-se uma tendência de queda acentuada, com a taxa retornando para 18 em 2021, 15 em 2022 e atingindo o menor patamar do período em 2023, com 13 mortes por mil nascidos vivos. Essa trajetória de redução é positiva e demonstra possível melhora nos serviços de saúde infantil e no acompanhamento de gestantes. Ainda assim, o histórico de variação extrema alerta para fragilidades no sistema local de saúde, que precisa ser mais resiliente a crises (Gráfico 5).



Comparando com a RI Lago de Tucuruí e o estado do Pará, Novo Repartimento iniciou o período com desempenho similar, mas teve o maior pico negativo em 2020. Enquanto isso, a região de integração e o estado mantiveram certa estabilidade, com variações suaves entre 13 e 15 por mil. A trajetória recente de melhora em Novo Repartimento é promissora, mas ainda requer políticas de consolidação e prevenção para garantir a sustentação da tendência de queda (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

O número de médicos por 10 mil habitantes em Novo Repartimento manteve-se muito abaixo da média estadual durante todo o período de 2019 a 2023. O município iniciou o ciclo com cerca de 3,8 médicos por 10 mil habitantes e chegou a um ponto crítico em 2021, com apenas 2,9 – o menor valor do quinquênio. Esse dado reforça a escassez de profissionais de saúde na região, o que pode ter contribuído para os altos índices de mortalidade infantil, especialmente durante a pandemia (Gráfico 6).

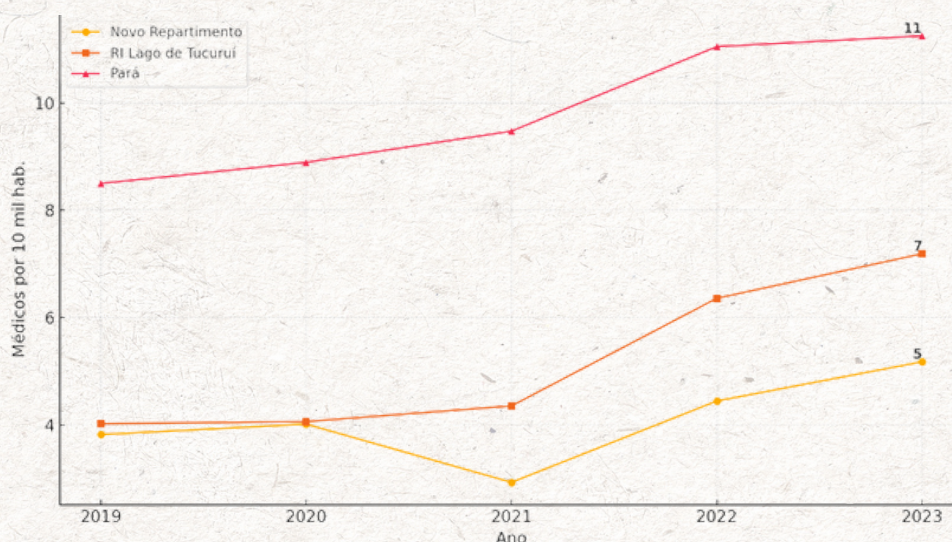
A partir de 2022, observa-se uma recupe-

ração gradual, com aumento para 4,5 em 2022 e 5 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Apesar da melhora, o município ainda se encontra em desvantagem em relação à RI Lago de Tucuruí (7 médicos por 10 mil) e ao estado do Pará, que apresenta uma taxa significativamente superior, com 11 médicos por 10 mil habitantes no último ano. Essa disparidade territorial indica concentração de profissionais nas regiões mais desenvolvidas, refletindo desigualdades no acesso a serviços de saúde (Gráfico 6).



A evolução positiva recente sugere esforços de interiorização da força de trabalho em saúde ou maior adesão a programas federais como o “Mais Médicos”. Contudo, a diferença entre o número de médicos no município e nas demais esferas continua crítica, demandando políticas de atração, fixação e qualificação de profissionais de saúde para regiões com baixo índice de cobertura médica, a fim de garantir atendimento de qualidade e equidade na atenção básica e especializada (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

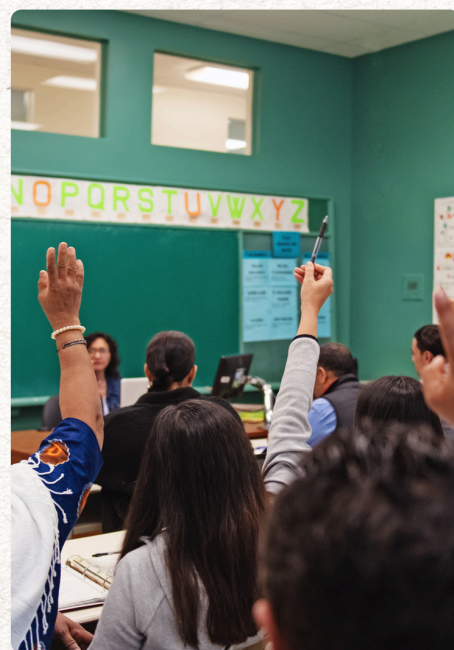
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O número de vagas no ensino público por mil habitantes em Novo Repartimento apresentou variações ao longo do período de 2019 a 2023. O município iniciou com 226 vagas por mil habitantes em 2019 e experimentou uma leve queda nos dois anos seguintes, chegando a 217 em 2021. Esse recuo pode refletir retração nos investimentos ou reorganização da rede escolar em função da pandemia e da redução de matrículas presenciais, especialmente em áreas vulneráveis (Gráfico 7).

Em 2022, observa-se um salto expressivo para 269 vagas por mil habitantes, ultrapassando amplamente as médias da Região de Integração Lago de Tucuruí (238) e do

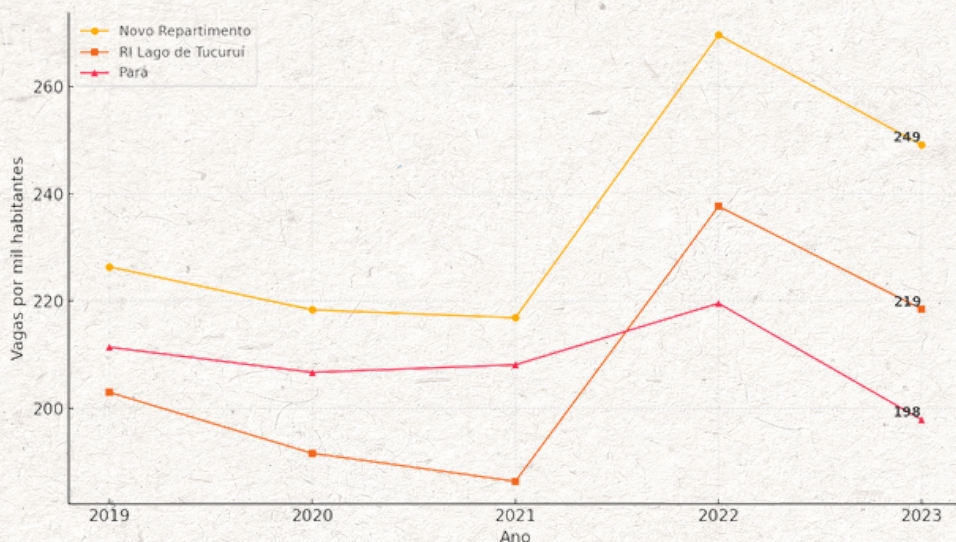
estado do Pará (220). Tal aumento pode estar associado à reestruturação do sistema de ensino pós-pandemia, com reabertura de turmas, ampliação de turnos e ações de busca ativa escolar. No entanto, em 2023 houve uma queda para 249 vagas, embora o município ainda mantenha números superiores aos demais recortes territoriais (Gráfico 7).

Comparando com a RI e o estado, observa-se que ambos seguiram uma tendência semelhante: declínio até 2021, aumento em 2022 e nova retração em 2023. A diferença, contudo, está na magnitude: Novo Repartimento mostra uma oferta de vagas proporcionalmente mais



alta, o que sugere maior cobertura da rede pública em relação à população. O desafio passa agora por garantir que essa oferta seja acompanhada por qualidade no ensino e condições adequadas de infraestrutura e docentes (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 249 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

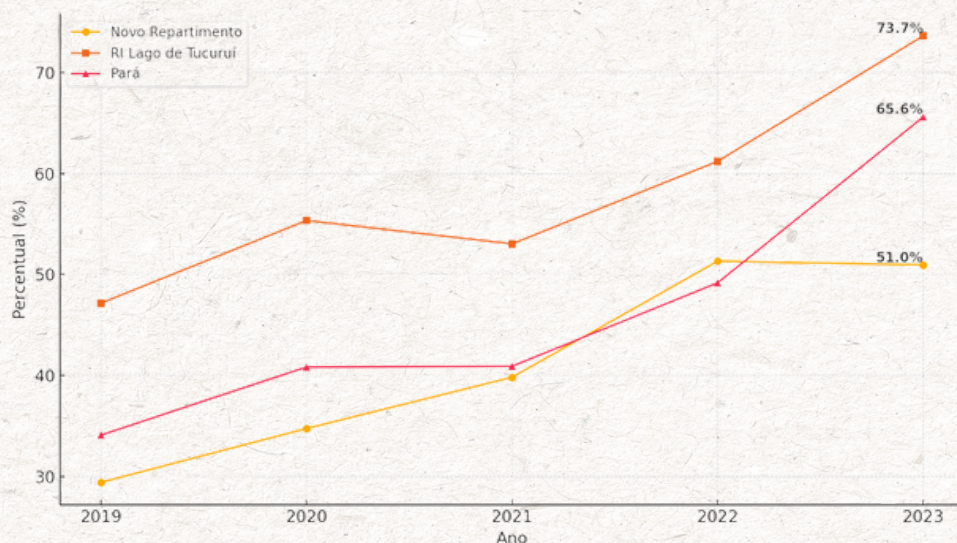
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O acesso à internet nas escolas públicas de Novo Repartimento apresentou crescimento contínuo entre 2019 e 2022, saindo de 29,5% para 51,2%. Essa evolução acompanha uma tendência nacional de digitalização da educação, especialmente impulsionada pela pandemia, que reforçou a necessidade de conectividade para a continuidade das atividades pedagógicas. Contudo, é importante destacar que esse avanço estagnou em 2023, mantendo-se no mesmo patamar de 51%, o que pode indicar limitações estruturais ou financeiras para expansão

da conectividade (Gráfico 8). No mesmo período, a RI Lago de Tucuruí partiu de 47% e chegou a 73,7% em 2023, mantendo-se à frente de Novo Repartimento em todos os anos analisados. Já o estado do Pará também apresentou crescimento expressivo, de 34,5% em 2019 para 65,6% em 2023. A posição inferior de Novo Repartimento no comparativo territorial demonstra que, embora tenha havido progresso, o município ainda enfrenta defasagens importantes em infraestrutura tecnológica nas escolas (Gráfico 8).

Essa limitação no acesso à internet impacta diretamente a qualidade da educação, sobretudo no que se refere ao uso de recursos digitais, formação de professores e acesso igualitário a conteúdos complementares. Para avançar, é necessário que o município amplie parcerias com programas estaduais e federais de conectividade, além de investir em infraestrutura elétrica, aquisição de equipamentos e capacitação digital da comunidade escolar (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

A taxa de violência contra a mulher por parceiros em Novo Repartimento apresentou comportamento instável ao longo do período analisado. Em 2019 e 2020, os dados registraram 15,1 casos por 100 mil habitantes, um patamar relativamente baixo. Contudo, em 2021 ocorreu uma queda brusca para zero, o que pode indicar subnotificação ou ausência de registros oficiais, e não necessariamente uma eliminação real dos casos de violência. Esse fator chama atenção para possíveis falhas nos sistemas de denúncia e acompanhamento (Gráfico 9).

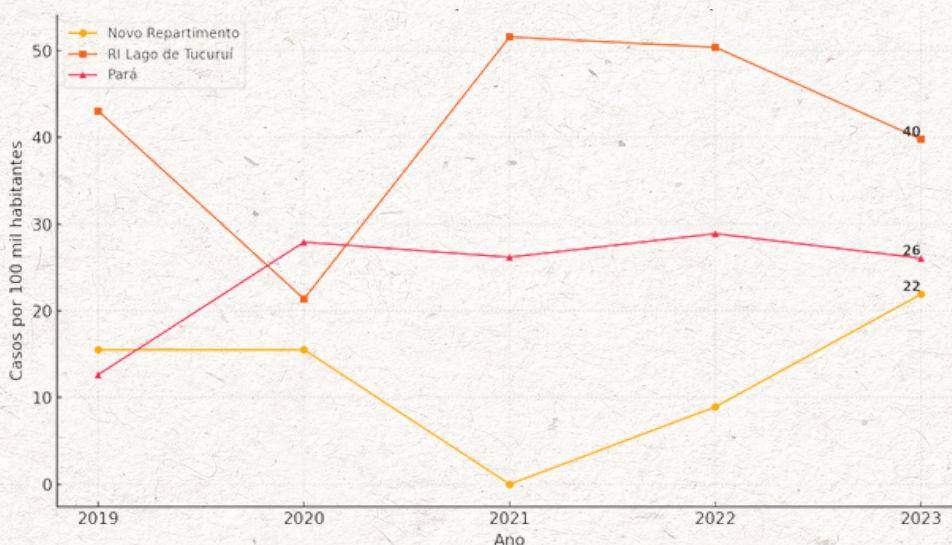
A partir de 2022, houve um aumento gradual nos registros, com 8,8 casos por 100 mil habitantes em 2022 e uma elevação para 22 em 2023, aproximando-se da média estadual (26). Em comparação com a Região de Integração Lago de Tucuruí, que oscilou em patamares muito mais elevados (de 43 para 51 em 2021 e fechando em 40 em 2023), Novo Repartimento manteve-se abaixo, mas com trajetória ascendente no período mais recente. Já o estado do Pará apresentou crescimento mais controlado, estabilizando-

se entre 26 e 29 casos por 100 mil habitantes (Gráfico 9).

Esses dados indicam a necessidade urgente de fortalecimento da rede de proteção às mulheres no município, com políticas de prevenção, canais eficazes de denúncia e serviços especializados de acolhimento. A oscilação nos registros pode ser reflexo tanto da real dinâmica dos casos quanto da capacidade institucional de resposta, destacando a importância de ações intersetoriais para combater esse tipo de violência de forma consistente e sustentada (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

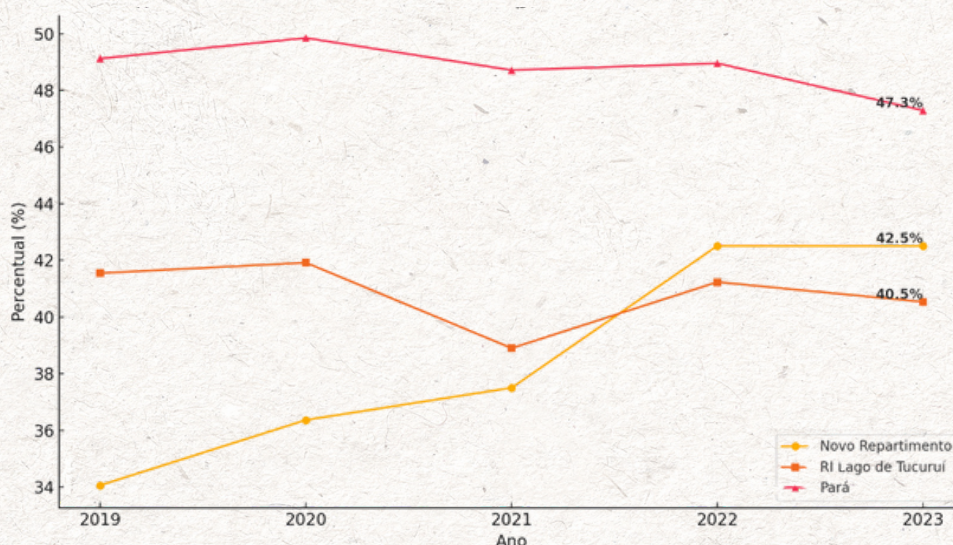
O percentual de mulheres em cargos gerenciais em Novo Repartimento mostrou crescimento constante entre 2019 e 2022, partindo de 34% em 2019 para 42,5% em 2022, valor mantido também em 2023. Esse avanço sinaliza uma tendência de maior inclusão feminina em posições de liderança, o que é um indicativo positivo de progressos na igualdade de gênero no mercado de trabalho local. Esse crescimento contrasta com a estagnação ou declínio observados em alguns territórios vizinhos (Gráfico 10).



Em comparação com a RI Lago de Tucuruí, que oscilou entre 42% e 40,5% no final do período, Novo Repartimento superou os índices da região nos dois últimos anos. Já o estado do Pará manteve-se em patamares mais altos durante todo o período, acima de 48%, embora tenha apresentado leve queda para 47,3% em 2023. Isso demonstra que, embora o município ainda esteja abaixo da média estadual, vem reduzindo essa distância gradualmente (Gráfico 10).

A valorização da participação feminina em cargos de chefia é fundamental para promover ambientes de trabalho mais equitativos, com impacto positivo na tomada de decisão e no desempenho organizacional. Para manter essa tendência, é essencial consolidar políticas de incentivo à liderança feminina, como formação de lideranças, redes de apoio, combate à discriminação institucional e incentivo à conciliação entre trabalho e vida familiar (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em Novo Repartimento manteve-se em níveis bastante reduzidos entre 2019 e 2023. O indicador começou em 1,7% em 2019 e oscilou levemente até 2021, quando passou para 1,8%. Houve um avanço mais significativo em 2022, alcançando 2,9%, mas em 2023 esse número recuou para 2,7%, ainda muito aquém das médias estadual e regional. Essa trajetória indica que, apesar de algum progresso, o município continua enfrentando sérias limitações na universalização do serviço para a população mais vulnerável (Gráfico 11).

Comparando com a Região de Integração Lago de Tucuruí, observa-se que os percentuais também são baixos, embora mais altos do que os de Novo Repartimento: partindo de 3,7% em 2019 para 4,4% em 2023, com variações leves e estáveis. Já o estado do Pará apresenta crescimento expressivo e contínuo, passando de 7% para 11,5% no mesmo período. Isso evidencia que, enquanto o estado vem promovendo avanços consistentes,

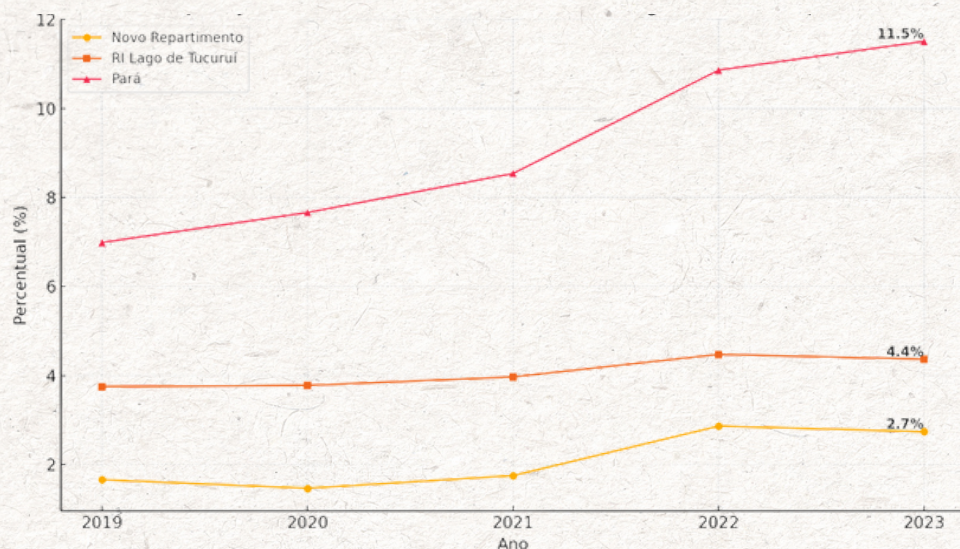
os níveis locais e regionais permanecem estagnados em patamares muito inferiores (Gráfico 11).

Essa defasagem compromete as condições de saúde e dignidade das famílias de baixa renda, perpetuando ciclos de exclusão social e doenças de veiculação hídrica. O cenário revela a urgência de políticas públicas voltadas à ampliação da infraestrutura de esgotamento sanitário, com foco específico nos territórios mais



carentes, incluindo investimentos em planejamento urbano, parcerias público-privadas e fiscalização de metas de cobertura dos serviços básicos (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto municipal per capita com saneamento básico em Novo Repartimento foi praticamente inexistente ao longo do período analisado. Após apresentar um valor irrisório de cerca de R\$ 3,8 por habitante em 2020, o indicador caiu a zero a partir de 2021 e permaneceu assim até 2023. Isso indica a ausência de investimentos diretos do município nesse setor, o que pode justificar a baixa cobertura dos serviços de esgotamento sanitário para a população de baixa renda (Gráfico 12).

Em contraste, a Região de Integração Lago de Tucuruí apresentou valores significativamente superior ao longo do período, variando entre R\$ 32 e R\$ 63 por habitante, ainda que

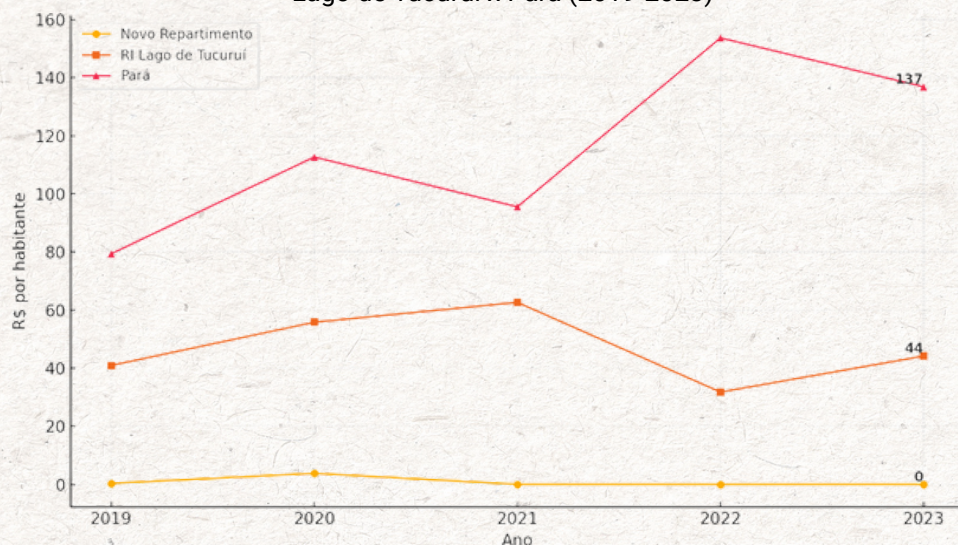
com oscilações relevantes. O estado do Pará, por sua vez, mostra um padrão de investimentos mais robusto, com crescimento expressivo entre 2019 e 2022 – de R\$ 80 para R\$ 153 –, encerrando 2023 com R\$ 137 por habitante. Essa discrepância evidencia a concentração de recursos nas esferas estadual e regional, com baixa execução direta pelos municípios mais vulneráveis (Gráfico 12).

A ausência de investimentos locais compromete a efetividade das políticas públicas de saneamento e reduz a capacidade de planejamento e execução de obras estruturantes. Para reverter esse cenário, é fundamental fortalecer a gestão municipal, ampliar os

repasse vinculados ao setor, incentivar a adesão a consórcios intermunicipais e assegurar que o saneamento seja tratado como prioridade no orçamento local – condição indispensável para o desenvolvimento social e ambiental sustentável (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



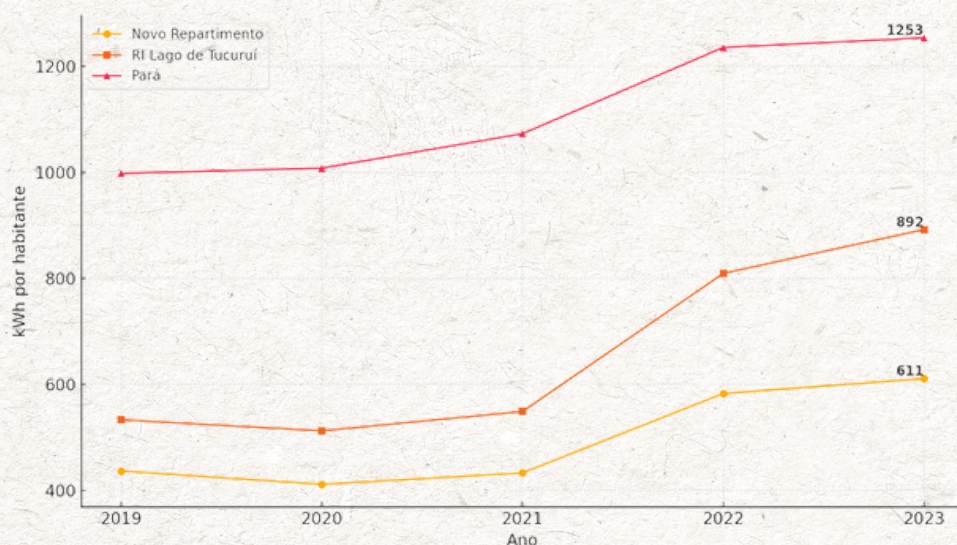
O consumo de energia elétrica per capita em Novo Repartimento apresentou uma tendência geral de crescimento entre 2019 e 2023, iniciando com 437 kWh por habitante em 2019 e atingindo 611 kWh em 2023. Após uma leve queda em 2020, o consumo passou a subir gradualmente, com destaque para o salto entre 2021 e 2022, quando o índice avançou de 435 para 578 kWh/hab. Esse crescimento pode estar relacionado ao aumento da cobertura da rede elétrica, maior acesso a eletrodomésticos e expansão urbana (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Apesar da melhora, Novo Repartimento permanece com um consumo muito inferior à média estadual, que iniciou o período em torno de 1.000 kWh/hab. e chegou a 1.253 em 2023. A Região de Integração Lago de Tucuruí também registrou patamares mais elevados que o município, subindo de 535 para 892 kWh/hab. no período. Essa defasagem revela desigualdades territoriais no acesso e uso da energia elétrica, que refletem diferenças em infraestrutura, renda e urbanização (Gráfico 13).

O avanço observado em Novo Repartimento é positivo, mas ainda insuficiente frente à média estadual. A superação dessas desigualdades depende da continuidade de políticas públicas voltadas à universalização do acesso à energia, com prioridade para comunidades rurais e periferias urbanas. A ampliação da eletrificação tem impacto direto no desenvolvimento local, pois influencia a qualidade de vida, o desempenho escolar, a produtividade econômica e a inclusão digital (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 611 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizam iluminação fóssil (como lâmparas e velas) em Novo Repartimento vem diminuindo consistentemente de 2019 a 2023. Em 2019, o indicador estava em 7,4%, caindo progressivamente até atingir 4,3% em 2023. Essa queda indica uma expansão do acesso à energia elétrica entre os grupos mais vulneráveis, o que representa uma melhoria significativa na qualidade de vida e segurança desses domicílios (Gráfico 14).

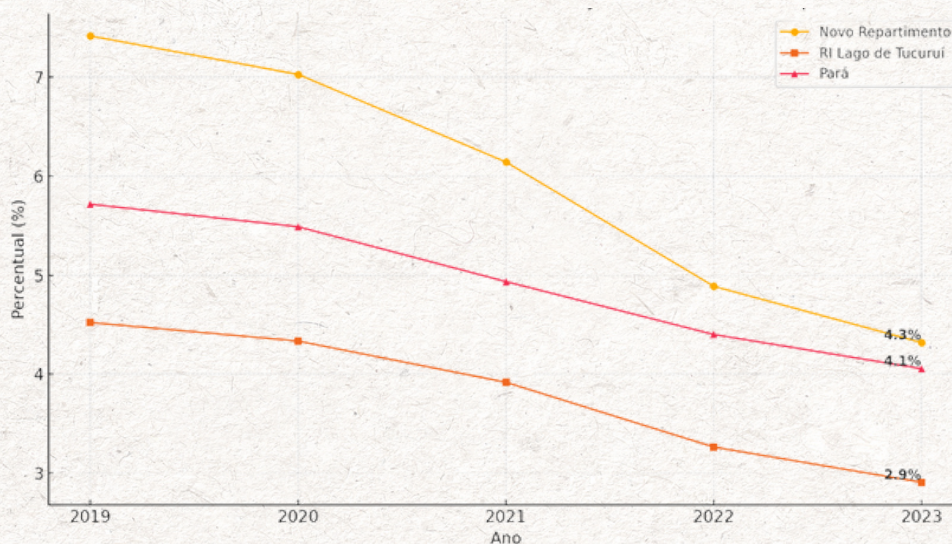
Ainda assim, Novo Repartimento manteve-se acima das médias regional e estadual durante todo o período. A Região de Integração Lago de Tucuruí iniciou em 4,5% e encerrou com 2,9%, enquanto o estado do Pará caiu de 5,7% para 4,1%. Embora todos os territórios apresentem tendência de redução, a persistência de índices relativamente altos em Novo Repartimento evidencia que parte da população de baixa renda ainda vive em condições precárias de acesso à

energia elétrica (Gráfico 14).

A redução no uso de fontes fósseis de iluminação é um sinal de avanço na inclusão energética, mas os números ainda demonstram um desafio estrutural. É essencial que o município amplie sua articulação com programas estaduais e federais de eletrificação rural e urbana, garantindo que nenhuma família fique à margem do direito à energia elétrica — um insumo básico para a cidadania, segurança e dignidade (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

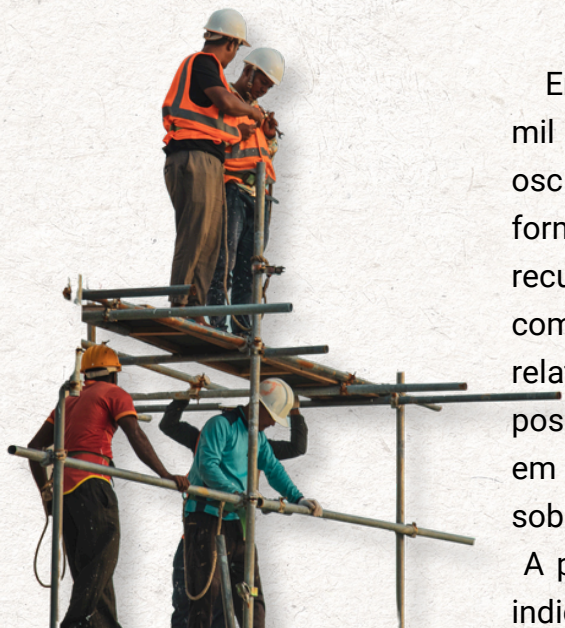
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



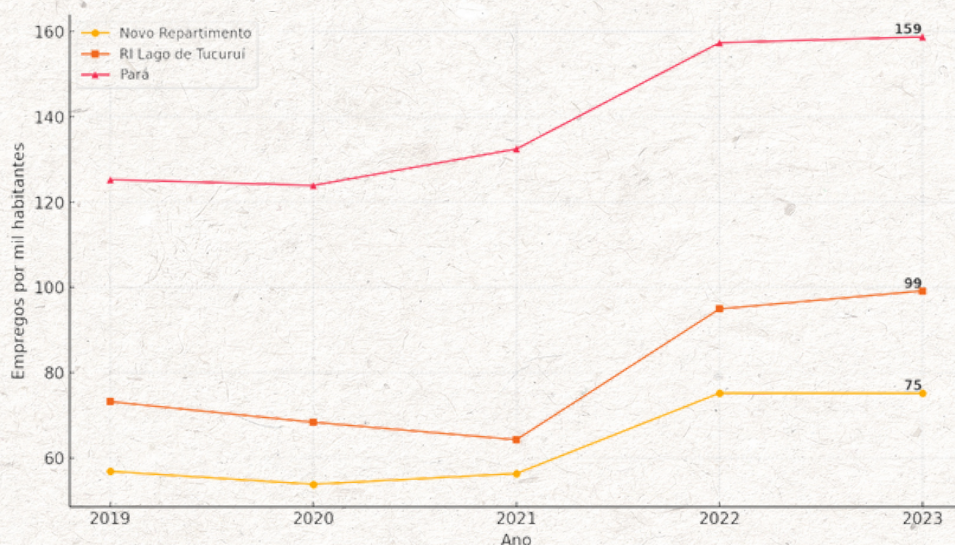
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o indicador de empregos formais por mil habitantes em Novo Repartimento apresentou leve oscilação, com uma discreta queda de 57 para 54 postos formais por mil habitantes em 2020, seguida de uma recuperação modesta para 56 em 2021. Esse comportamento sugere um mercado de trabalho relativamente estagnado nos primeiros anos do período, possivelmente afetado por restrições econômicas locais e, em 2020, pelos impactos iniciais da pandemia da COVID-19 sobre a formalização do trabalho (Gráfico 15).

A partir de 2022, observa-se um salto significativo, com o indicador alcançando 75 empregos formais por mil habitantes e mantendo esse patamar em 2023. Esse crescimento pode estar associado à retomada econômica pós-pandemia, programas de estímulo ao emprego ou ampliação da atividade de setores específicos como comércio, serviços ou obras públicas no município. No entanto, mesmo com essa melhora, o município permanece com níveis inferiores aos da Região de Integração Lago de Tucuruí, que subiu de 65 para 99 empregos formais no mesmo período, e muito abaixo do estado do Pará, que avançou de 126 para 159 (Gráfico 15).

O dado revela que, apesar da evolução recente, Novo Repartimento ainda enfrenta desafios estruturais em seu mercado de trabalho formal. A diferença em relação à média estadual evidencia a necessidade de políticas locais voltadas à atração de investimentos, qualificação profissional e incentivo à formalização, especialmente em setores com forte presença da informalidade. A manutenção e ampliação dessa tendência positiva dependerá de estratégias consistentes de desenvolvimento econômico e integração com cadeias produtivas regionais (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 75 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



Entre 2018 e 2022, o PIB per capita de Novo Repartimento apresentou trajetória de crescimento, ainda que partindo de patamares baixos. Em 2018, o município registrava cerca de R\$ 11.446 por habitante, valor que caiu ligeiramente em 2019, mas retomou uma curva ascendente a partir de 2020, alcançando R\$ 18.250 em 2022. Esse avanço reflete uma expansão econômica local, embora o município ainda se man-

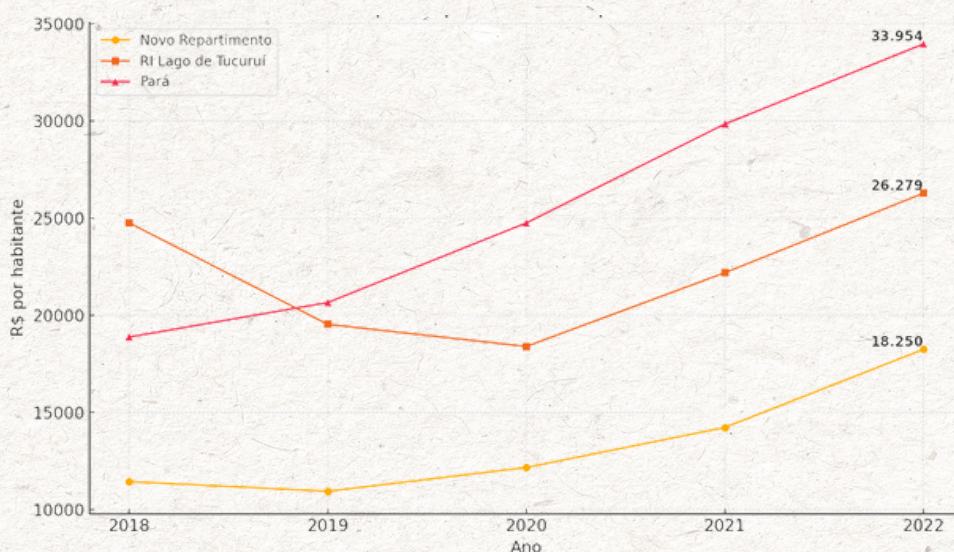
tenha distante das médias estadual e regional (Gráfico 16).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento

foi distinto: após queda entre 2018 (R\$ 24.800) e 2020 (R\$ 18.600), houve uma retomada robusta, culminando em R\$ 26.279 em 2022 – valor significativamente superior ao de Novo Repartimento. Já o estado do Pará exibiu crescimento contínuo no período, saltando de R\$ 18.900 para R\$ 33.954, possivelmente impulsionado pela atividade mineral, agronegócio e exportações nos municípios com maior dinamismo produtivo (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 18.250/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O valor adicionado da indústria como percentual do PIB de Novo Repartimento manteve-se em níveis muito baixos ao longo de todo o período analisado, iniciando em 4,2% em 2018 e caindo para apenas 2% em 2022. Essa trajetória revela uma economia com fraca presença do setor industrial, o que limita o desenvolvimento de cadeias produtivas locais e a geração de empregos de maior qualificação. A queda constante do indicador evidencia a ausência de políticas industriais efetivas ou infraestrutura adequada para atrair empreendimentos industriais (Gráfico 17).

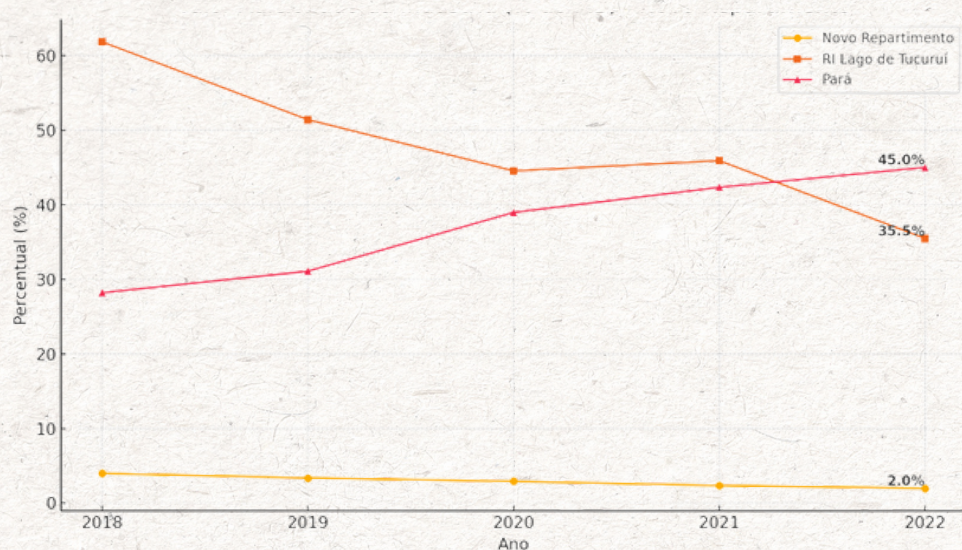
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o setor industrial tem peso considerável, embora em declínio: partiu de 61,7% em 2018 e terminou em 35,5% em 2022. Já no estado do Pará, o valor adicionado da indústria cresceu de 28,2% para 45% no mesmo intervalo, refletindo a força de atividades extrativas, como mineração e energia, e a ampliação da industrialização em alguns polos estratégicos. A divergência em relação a Novo Repartimento é marcante e reforça a necessidade de descentralização das políticas de desenvolvimento industrial (Gráfico 17).

A baixa participação da indústria no PIB local compromete o dinamismo econômico de Novo Repartimento e o torna excessivamente dependente de setores como agricultura ou administração pública. Para alterar esse cenário, é necessário estruturar políticas públicas que promovam infraestrutura logística, acesso a crédito, incentivo à industrialização de base local (como agroindústrias) e qualificação profissional, com foco em estimular a produção com maior valor agregado e encadeamento produtivo (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o indicador de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Novo Repartimento manteve-se em patamares baixos e com oscilações discretas. O município iniciou o período com 6,3 profissionais por 100 mil habitantes, atingindo seu menor ponto em 2020 (5,3) e registrando um leve crescimento nos anos seguintes, com pico de 7,5 em 2022 e pequeno recuo para 7 em 2023.



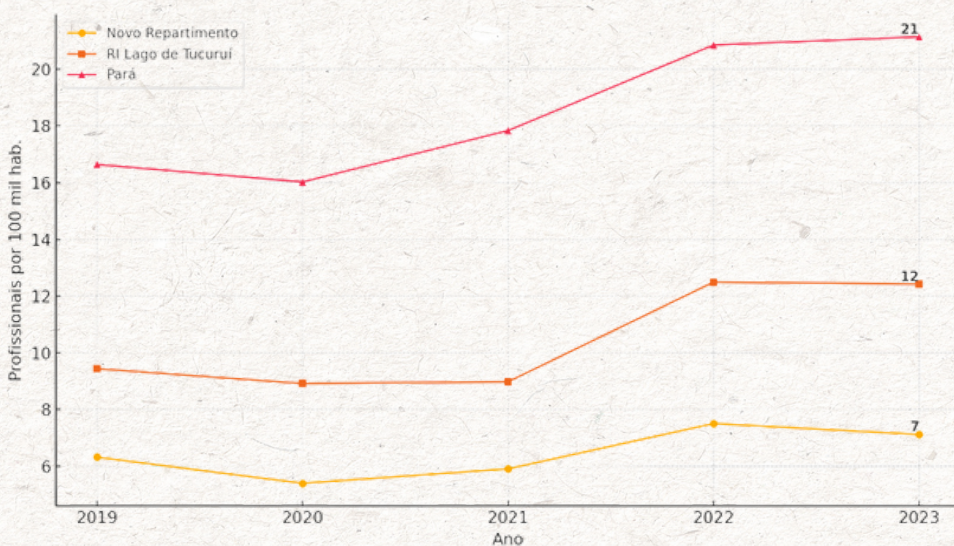
Apesar da melhora pontual, o número continua bastante inferior ao de outras regiões, indicando uma presença reduzida de trabalhadores qualificados em ciência e tecnologia no território (Gráfico 18).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador apresentou maior estabilidade e melhores níveis ao longo do

período. A região partiu de 9,5 em 2019, oscilou levemente nos anos seguintes e atingiu 12 profissionais por 100 mil habitantes em 2022 e 2023, demonstrando um crescimento mais consistente. Já o estado do Pará teve desempenho ainda mais expressivo: iniciou o período com 16,6 profissionais por 100 mil habitantes e fechou 2023 com 21, apresentando evolução contínua a partir de 2020, o que sugere políticas estaduais mais eficazes de formação e retenção de profissionais da ciência (Gráfico 18).

A disparidade entre Novo Repartimento e os demais níveis territoriais evidencia limitações estruturais locais, co-

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



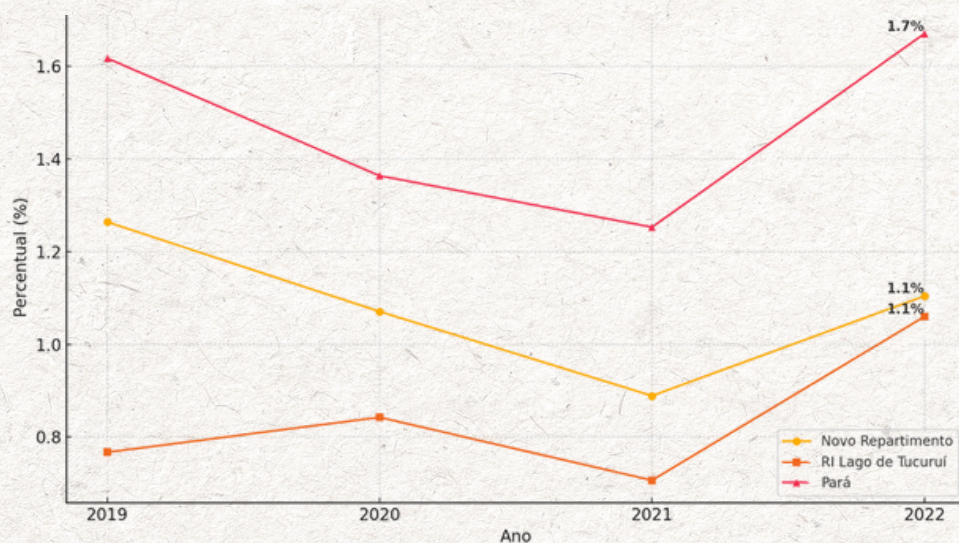
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o indicador de massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Novo Repartimento apresentou uma trajetória de queda inicial seguida de recuperação. Em 2019, o valor era de 1,27% do PIB, caindo progressivamente até atingir 0,89% em 2021, seu ponto mais baixo no período. Essa redução indica um encolhimento relativo da participação dos salários formais na economia local, o que pode estar ligado à informalidade, baixo dinamismo do mercado de trabalho ou à ampliação de atividades econômicas de baixa intensidade empregadora (Gráfico 19).

A partir de 2022, houve recuperação no indicador, que subiu para 1,12%, retornando a um patamar semelhante ao da Região de Integração Lago de Tucuruí, que também fechou o ano com 1,1%. No caso da RI, o desempenho foi mais volátil: após uma leve alta em 2020 (0,85%), houve queda para 0,70% em 2021 e recuperação significativa no último ano do recorte. Já o estado do Pará, embora tenha seguido uma tendência de queda até 2021, manteve-se em patamares mais elevados durante todo o período e registrou em 2022 o maior valor entre os três recortes – 1,7% do PIB (Gráfico 19).

O comportamento do indicador em Novo Repartimento revela uma economia onde os vínculos formais ainda ocupam espaço modesto na composição do PIB, refletindo a predominância de setores informais ou produtivos com baixa remuneração média. A recente recuperação é positiva, mas insuficiente frente às médias regionais e estaduais. Para fortalecer o peso da massa salarial formal na economia local, será necessário promover ações voltadas à formalização do trabalho, à valorização salarial, e à atração de setores que conciliem dinamismo econômico com geração de emprego de qualidade (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

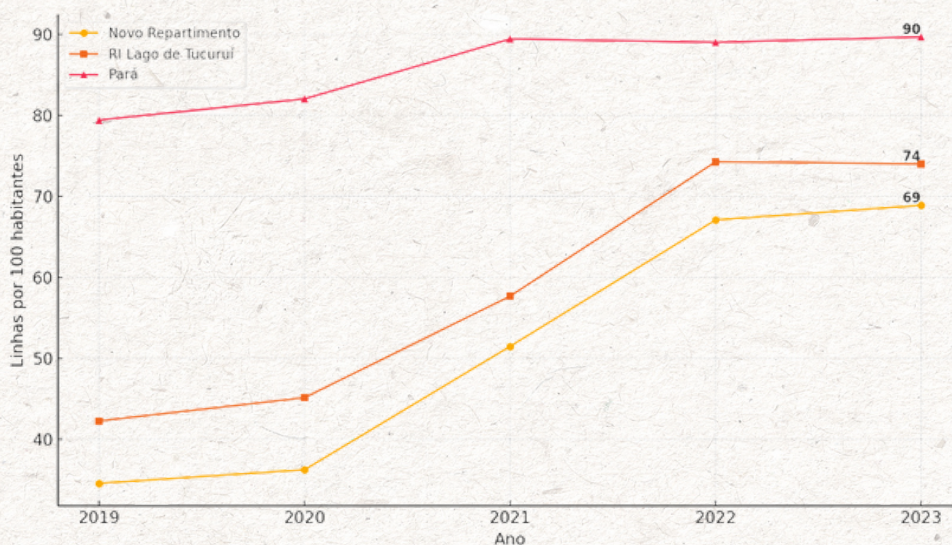
Acesso à Telefonia Móvel

O acesso à telefonia móvel em Novo Repartimento evoluiu positivamente ao longo de 2019 a 2023, passando de 34,3 para 69 linhas por 100 habitantes. Esse crescimento, especialmente acentuado entre 2020 e 2022, reflete avanços na infraestrutura de telecomunicações e possível ampliação da cobertura de sinal e da acessibilidade aos serviços móveis na região. Apesar do avanço expressivo, o município ainda permanece abaixo da média estadual, o que indica que há espaço para melhorias na universalização desse serviço essencial (Gráfico 20).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a tendência foi semelhante, partindo de 42,3 linhas em 2019 e atingindo 74 em 2023. Já o estado do Pará apresentou desempenho superior durante todo o período, iniciando com 79,6 e encerrando com 90 linhas por 100 habitantes. Esses dados sugerem uma maior consolidação da telefonia móvel em áreas mais urbanizadas ou integradas economicamente, enquanto os territórios menos estruturados, como Novo Repartimento, ainda enfrentam limitações de acesso (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

A despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Novo Repartimento apresentou forte crescimento a partir de 2021. Após manter níveis baixos entre 2019 e 2020 — caindo de R\$ 15 para R\$ 9 por habitante — o município ampliou consideravelmente seus investimentos, alcançando R\$ 78 em 2022 e R\$ 84 em 2023. Esse salto reflete uma reorientação orçamentária significativa, que pode ter sido impulsionada por políticas de valorização cultural, estímulo ao turismo ou ações ambientais estruturantes no pós-pandemia (Gráfico 21).

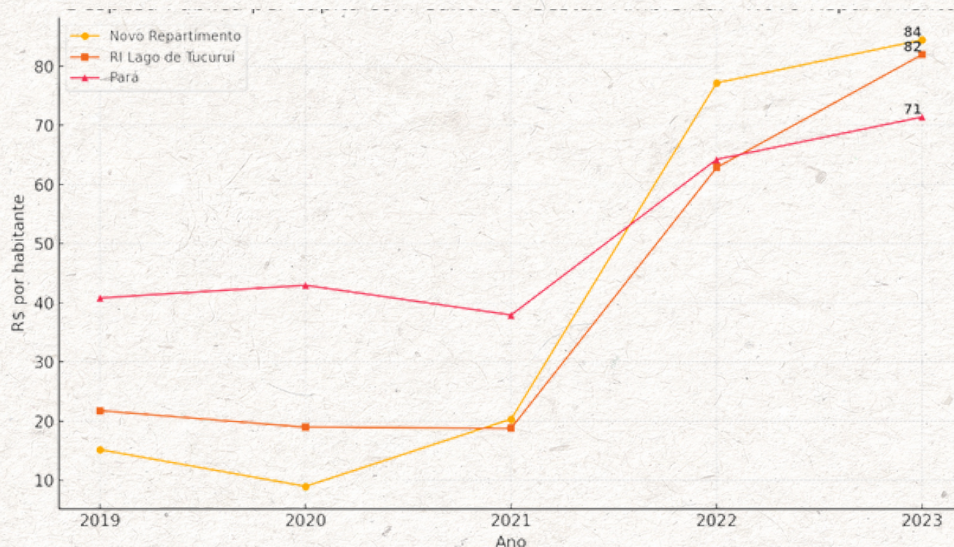
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o crescimento também foi expressivo, com aumento de R\$ 20 para R\$ 82 por habitante no mesmo período. O estado do Pará, embora tenha crescido em menor intensidade, partiu de um patamar superior e atingiu R\$ 71 em 2023. Esses dados indicam uma mobilização mais ampla por parte dos entes subnacionais em relação ao fomento cultural e à preservação ambiental, áreas historicamente negligenciadas no orçamento público (Gráfico 21).

O avanço de Novo Repartimento nesse indicador é alta-

mente positivo, pois demonstra comprometimento com áreas que impactam diretamente na qualidade de vida, no patrimônio coletivo e na sustentabilidade territorial. Para consolidar essa trajetória, é importante que esses investimentos sejam acompanhados de planejamento estratégico, participação social e transparência, garantindo que os recursos gerem resultados efetivos em formação cultural, valorização ambiental e fortalecimento de identidades locais (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 84/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

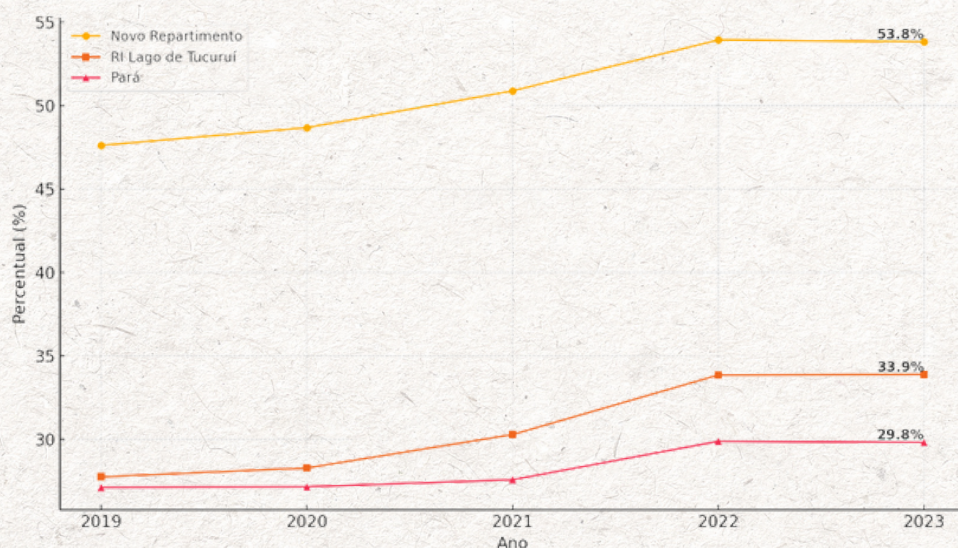
O percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Novo Repartimento apresentou crescimento contínuo entre 2019 e 2022, partindo de 47,5% e chegando a 53,8%, valor mantido também em 2023. Essa trajetória ascendente evidencia a precariedade dos serviços de coleta de resíduos sólidos nas áreas mais vulneráveis do município, refletindo a ausência de políticas eficazes de inclusão sanitária e destinação ambientalmente adequada do lixo doméstico (Gráfico 22).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o crescimento foi semelhante, embora em patamares menores: de 27,9% em 2019 para 33,9% em 2023. Já o estado do Pará também teve leve elevação no período, saindo de 27,2% e atingindo 29,8%. Os dados revelam que, enquanto o problema da destinação irregular de lixo afeta todo o estado, ele é particularmente grave em Novo Repartimento, onde mais da metade da população de baixa renda adota práticas insalubres e ambientalmente inadequadas para lidar com os re-

síduos (Gráfico 22).

A persistência desse quadro compromete a saúde pública, agrava a degradação ambiental e evidencia desigualdades no acesso à infraestrutura básica. A reversão desse cenário exige a ampliação da cobertura de coleta regular de lixo, especialmente em áreas periféricas e rurais, além da promoção de ações educativas sobre manejo de resíduos e o incentivo à criação de políticas municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, com ênfase nas populações de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

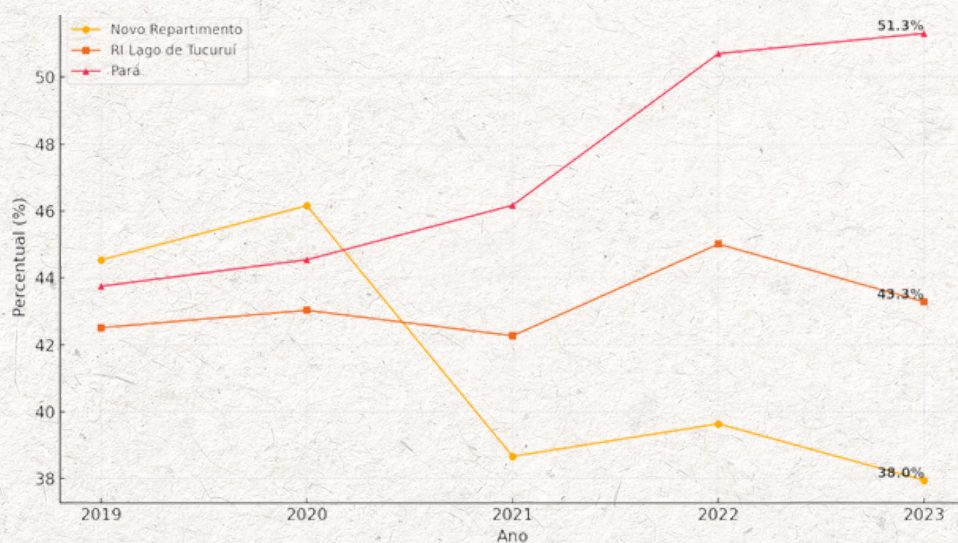
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O indicador de população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar como forma de esgotamento sanitário em Novo Repartimento apresentou comportamento oscilante entre 2019 e 2023. Em 2019, o percentual era de 44,6%, subindo para 46,2% em 2020, mas sofrendo uma queda expressiva no ano seguinte, atingindo 38,6% em 2021. Em 2023, o percentual foi de 38%, indicando leve recuo em relação ao início da série, mas ainda em patamar elevado, demonstrando a permanência de deficiências estruturais no saneamento básico (Gráfico 23).

Em contraste, o estado do Pará exibiu tendência crescente no período, saindo de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023 – o que aponta para uma piora generalizada das condições sanitárias entre os mais pobres no estado. A Região de Integração Lago de Tucuruí apresentou variação mais modesta, oscilando entre 42% e 45%. Mesmo com a queda recente, Novo Repartimento ainda convive com uma parcela significativa de sua população em situação de vulnerabilidade sanitária, agravada pelo uso de soluções precárias de esgoto (Gráfico 23).

Esse panorama compromete os indicadores de saúde pública e revela a necessidade urgente de políticas voltadas à ampliação do acesso ao saneamento adequado. Investimentos em infraestrutura sanitária, programas de regularização fundiária com apoio técnico para soluções alternativas seguras, e integração com ações de saúde e educação são fundamentais para promover dignidade e romper o ciclo de exclusão que afeta as comunidades de baixa renda do município (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

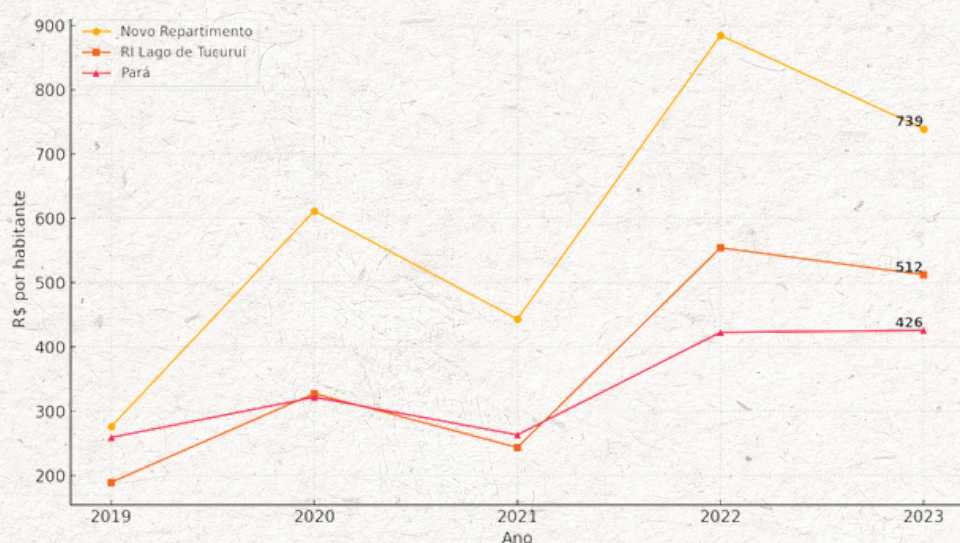
Os gastos per capita com prevenção de desastres em Novo Repartimento demonstraram uma trajetória de forte oscilação entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com R\$ 275 por habitante, saltando para R\$ 610 em 2020, recuando para R\$ 450 em 2021 e atingindo o pico de R\$ 893 em 2022, antes de registrar uma queda para R\$ 739 em 2023. Esse comportamento sugere uma gestão orçamentária reativa a eventos críticos ou à liberação de recursos extraordinários, o que pode indicar ausência de planejamento preventivo estável e contínuo (Gráfico 24).

Em termos comparativos, tanto a Região de Integração Lago de Tucuruí quanto o estado do Pará mantiveram níveis mais baixos de investimento ao longo do período. A RI evoluiu de R\$ 187 para R\$ 512 por habitante, enquanto o estado passou de R\$ 262 para R\$ 426, ambos apresentando um crescimento mais moderado e constante. Isso destaca o protagonismo orçamentário de Novo Repartimento na área, mas também levanta dúvidas sobre a efetividade e continuidade das ações implementadas (Gráfico 24).



O desempenho do município, embora elevado em termos absolutos, deve ser analisado com cautela. Altos gastos podem refletir investimentos necessários, mas também indicar reações tardias a situações emergenciais. Para garantir efetividade, é fundamental que a prevenção de desastres esteja integrada ao planejamento territorial, com foco na gestão de riscos, mapeamento de áreas vulneráveis e capacitação comunitária, reduzindo assim a exposição da população aos impactos ambientais e climáticos (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 739/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

As despesas per capita com preservação aquática em Novo Repartimento apresentaram relativa estabilidade entre 2019 e 2021, variando entre R\$ 195 e R\$ 229 por habitante, seguidas por uma queda acentuada para R\$ 135 em 2022 e uma recuperação parcial para R\$ 194 em 2023. Essa oscilação indica a falta de uma política contínua e consolidada voltada à proteção dos recursos hídricos, o que é especialmente preocupante para regiões que dependem de rios e fontes naturais como base de subsistência e biodiversidade (Gráfico 25).

No mesmo período, a Região de Integração Lago de Tucuruí

apresentou maior consistência e volume de investimento, partindo de R\$ 285 em 2019 e alcançando R\$ 415 em 2023. Já o estado do Pará oscilou mais fortemente, com alta até 2020, queda em 2022 e nova elevação em 2023, encerrando o período com R\$ 287 por habitante. Ambos os territórios superam com folga os valores investidos por Novo Repartimento, evidenciando que o município está abaixo da média em alocação de recursos para

essa finalidade ambiental (Gráfico 25).

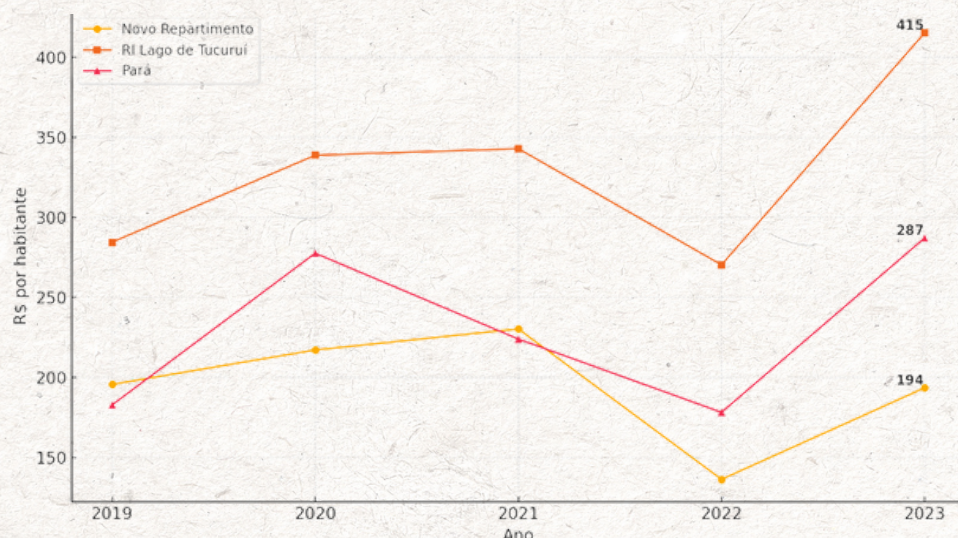
A baixa priorização orçamentária de Novo Repartimento nesse campo pode comprometer a qualidade da água, a proteção de ecossistemas aquáticos e a segurança hídrica da população. Diante disso, é necessário fortalecer políticas públicas locais voltadas à gestão integrada dos recursos hídricos, à recuperação de nascentes e à fiscalização ambiental. O investimento em pre-





servação aquática deve ser compreendido não como custo, mas como estratégia de desenvolvimento sustentável e de resiliência ecológica (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 194/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Novo Repartimento, o percentual da área de floresta em relação à área total apresentou uma trajetória de queda contínua ao longo de 2019 a 2023, passando de 39,1% para 34,8%. Essa tendência de redução da cobertura florestal sinaliza um processo de pressão sobre os ecossistemas naturais, possivelmente relacionado à expansão de atividades agropecuárias, extrativismo ou ocupações desordenadas. A perda progressiva de vegetação nativa implica em impactos significativos sobre a biodiversidade, o clima local e a disponibilidade hídrica (Gráfico 26).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, observou-se um comportamento similar, com queda mais acentuada: de

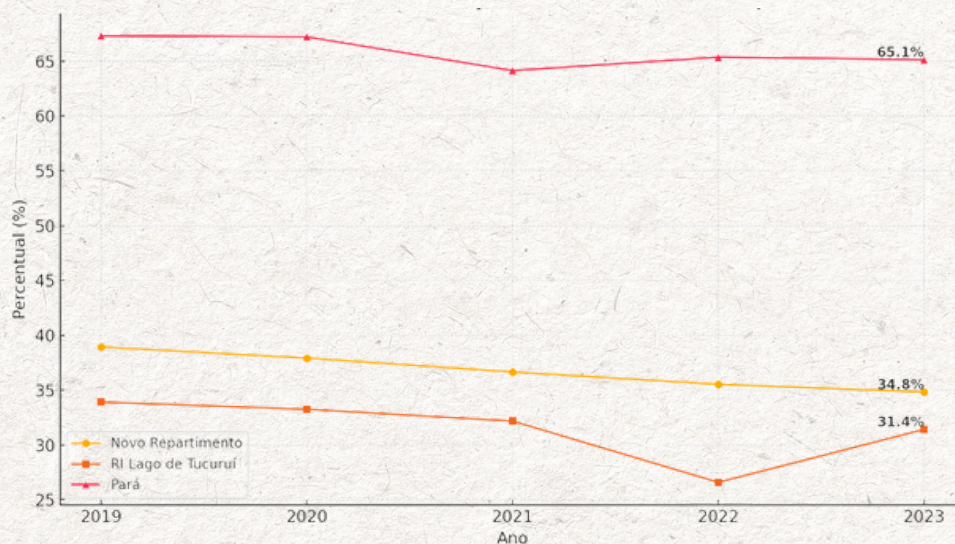
33,9% para 31,4%, com um vale expressivo em 2022, quando o índice atingiu 27,1%. Já no estado do Pará, embora também tenha havido leve retração entre 2019 e 2021, a cobertura florestal se manteve em patamares elevados e relativamente estáveis, fechando 2023 em 65,1%. Isso evidencia



que a dinâmica de perda florestal é mais severa nos territórios locais e regionais do que na média estadual (Gráfico 26).

A diminuição da área florestada em Novo Repartimento indica a necessidade urgente de políticas de controle do desmatamento, promoção de uso sustentável da terra e fortalecimento da fiscalização ambiental. A adoção de instrumentos como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o zoneamento ecológico-econômico e programas de incentivo à recuperação florestal são medidas estratégicas para reverter esse processo e assegurar a preservação dos serviços ecossistêmicos fundamentais ao desenvolvimento local sustentável (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O percentual da área desmatada em relação à área total em Novo Repartimento revela uma tendência de crescimento entre 2019 e 2023, subindo de 53,7% para 57,3%. A trajetória é consistente, com elevações consecutivas ao longo dos anos, o que demonstra um processo contínuo e acumulativo de degradação do solo e substituição da vegetação nativa por outros usos. Esse padrão compromete o equilíbrio ambiental e acentua a vulnerabilidade do município a eventos climáticos extremos e perda de biodiversidade (Gráfico 27).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, os níveis de desmatamento são ainda mais elevados, variando de 58,8%

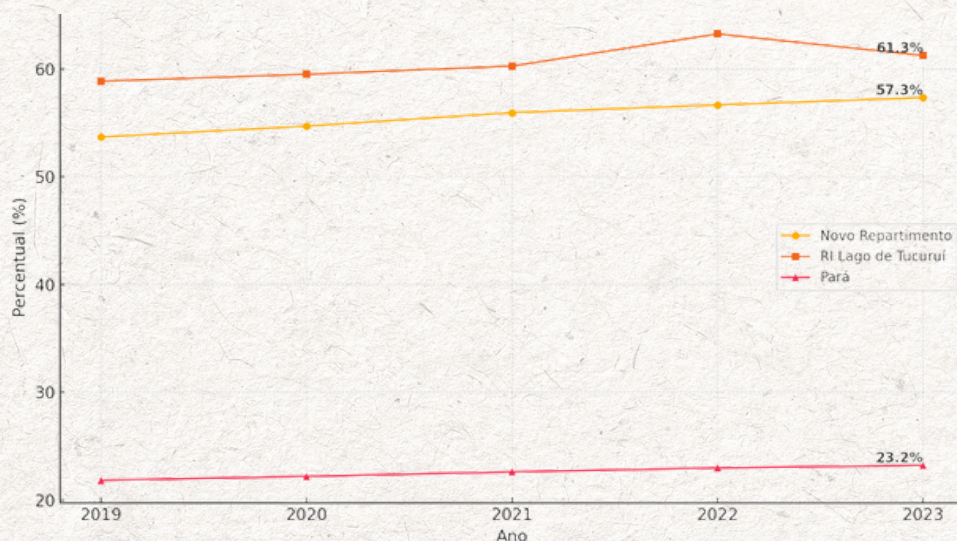
em 2019 para 61,3% em 2023, com pico de 63,2% em 2022. Já o estado do Pará apresenta uma realidade bastante distinta: embora tenha registrado crescimento, os percentuais permanecem bem abaixo, subindo de 21,7% para 23,2% no período analisado. Essa discrepância ressalta a concentração do desmatamento em áreas específicas do território, indicando a necessidade de intervenções mais direcionadas nesses focos de pressão ambiental (Gráfico 27).

Os dados confirmam a urgência de atuação local voltada à contenção do desmatamento, sobretudo por meio de ações integradas de ordenamento territorial, educação ambiental e incentivo a práticas produti-

vas sustentáveis, como o manejo florestal comunitário e a agricultura de baixo impacto. Além disso, é essencial promover a regularização fundiária com critérios ambientais e fortalecer os mecanismos de monitoramento por satélite e comando e controle, especialmente em áreas com histórico de expansão desordenada e ocupações irregulares (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

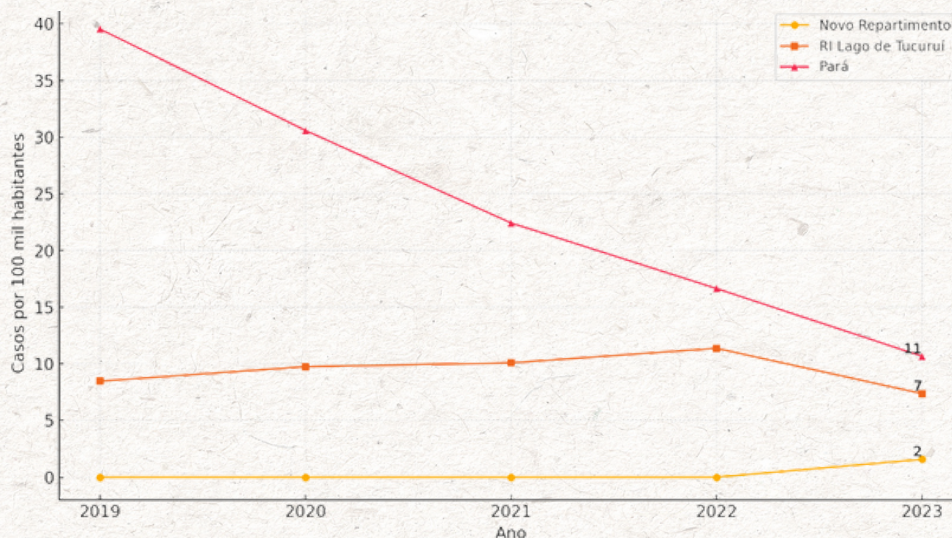
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, Novo Repartimento apresentou um cenário estável em relação ao trabalho infantil, com taxa zerada até 2022 e surgimento de um pequeno aumento em 2023, quando foram registrados 2 casos por 100 mil habitantes. Apesar do aumento recente, o município mantém níveis muito inferiores aos observados nos demais recortes territoriais, o que pode indicar maior efetividade nas ações de combate ao trabalho infantil ou, alternativamente, limitações na identificação e registro desses casos (Gráfico 28).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador oscilou levemente, partindo de 8,6 em 2019 e chegando a 7 em 2023, após atingir um pico de 11,5 em 2022. Já o estado do Pará apresentou uma tendência clara de queda: iniciou o período com 39,5 casos por 100 mil habitantes e reduziu para 11 em 2023. Essa diminuição pode estar associada a políticas estaduais mais efetivas de proteção à infância, além de campanhas de conscientização e ampliação da fiscalização nas áreas urbanas e rurais (Gráfico 28).

A manutenção de baixos níveis em Novo Repartimento devem ser interpretada com cautela, pois pode refletir tanto avanços reais quanto subnotificação. É fundamental garantir mecanismos eficazes de monitoramento, articulação com as redes de educação, saúde e assistência social e o fortalecimento dos conselhos tutelares. A erradicação do trabalho infantil exige atuação intersetorial e permanente, especialmente voltada às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

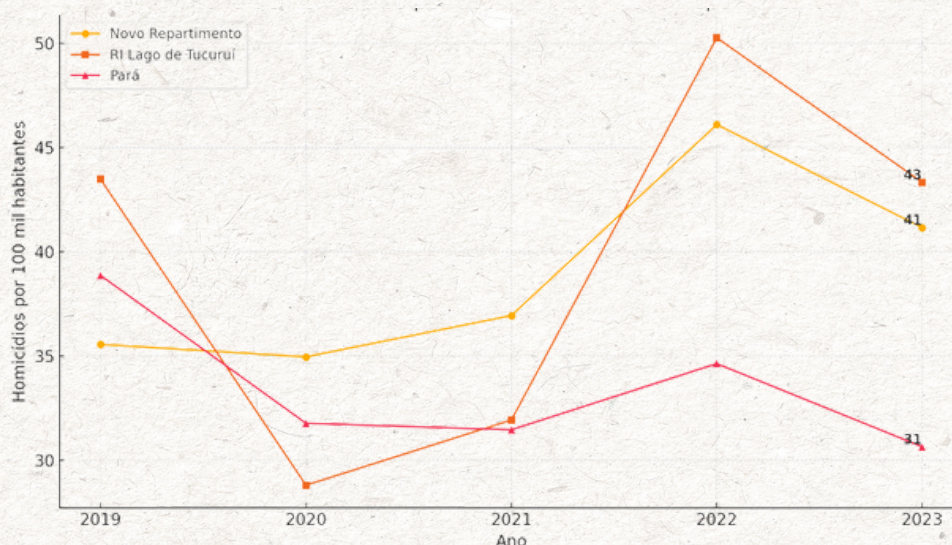
A taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Novo Repartimento oscilou significativamente entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com uma taxa de 35,6, apresentando ligeira queda em 2020 (34,9) e retomada de crescimento até atingir um pico em 2022, com 46,1 homicídios por 100 mil habitantes, antes de recuar para 41 em 2023. Esses dados revelam uma tendência de aumento da violência letal nos últimos anos, sinalizando problemas relacionados à segurança pública, conflitos sociais e criminalidade organizada ou di-

fusa (Gráfico 29).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a variação foi ainda mais acentuada: a taxa despencou de 43,6 em 2019 para 28,7 em 2020, mas voltou a subir até 50,3 em 2022, antes de recuar para 43,1 em 2023. Já o estado do Pará manteve um comportamento mais estável e em patamares inferiores, encerrando 2023 com 31,2 homicídios por 100 mil habitantes. Isso reforça o alerta para os territórios locais, onde os níveis de violência são mais elevados que a média estadual e expõem a população a maiores riscos (Gráfico 29).

O quadro de Novo Repartimento aponta para a necessidade urgente de fortalecimento da segurança pública, com ações voltadas à presença policial comunitária, inteligência criminal e enfrentamento das causas estruturais da violência, como desigualdade social, evasão escolar e falta de oportunidades para a juventude. Também é essencial integrar políticas de prevenção com redes de apoio social, fomentando uma cultura de paz e a valorização da vida no território (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o indicador de gasto público municipal como percentual do PIB em Novo Repartimento apresentou um padrão de crescimento, com variações leves ao longo dos anos. Em 2018, o município destinava 23,0% do seu PIB aos gastos públicos, valor que aumentou para 24,3% em 2019, oscilou para 23,8% em 2020, e alcançou seu ponto mais alto em 2021, com 26,4%, encerrando 2022 em 26,1%. Essa trajetória indica uma presença relativamente robusta do setor público na economia local, com expansão da capacidade de gasto em proporção ao produto gerado no território (Gráfico 30).

Na Região de Integração Lago

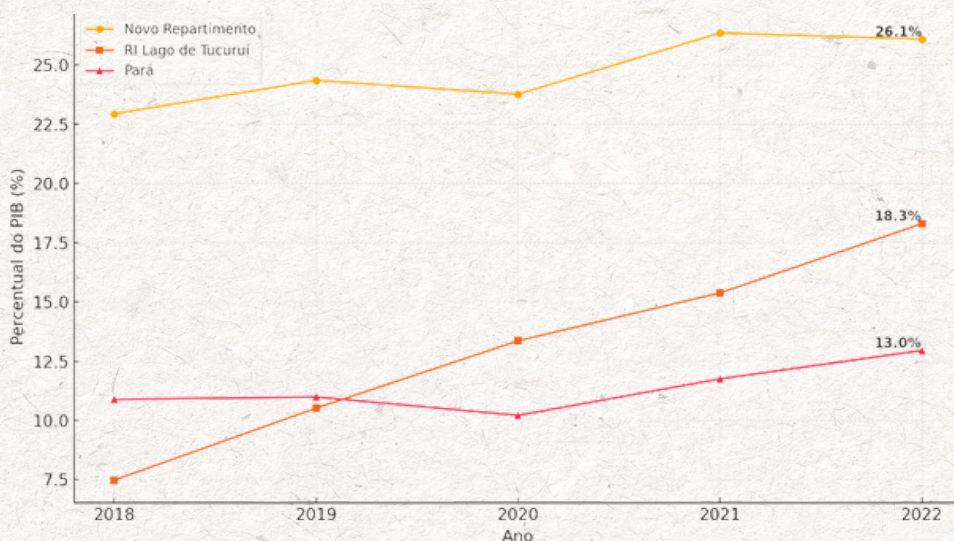
de Tucuruí, o crescimento do indicador foi mais acentuado, saindo de 7,4% em 2018 e chegando a 18,3% em 2022 — mais que o dobro do valor inicial. Esse salto pode refletir um fortalecimento das finanças públicas locais, ampliação de repasses intergovernamentais ou incremento da arrecadação municipal, contribuindo para maior participação da gestão pública na dinamização econômica regional. Já o estado do Pará apresentou crescimento mais modesto: iniciou com 10,9% e atingiu 13,0% em 2022, mantendo-se abaixo dos patamares locais e regionais (Gráfico 30).

A elevada proporção do gasto público no PIB de Novo Repar-

timento pode ser positiva ao sinalizar investimentos relevantes em políticas públicas e serviços essenciais, mas também pode evidenciar dependência econômica do setor público, caso a base produtiva local seja restrita. Por isso, é fundamental que essa participação seja acompanhada de avaliações sobre a eficiência dos gastos, sustentabilidade fiscal e impactos na geração de emprego e renda. Estratégias que combinem fortalecimento da gestão pública com estímulo ao setor privado são essenciais para diversificar a economia e garantir maior equilíbrio entre arrecadação, investimento e crescimento (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

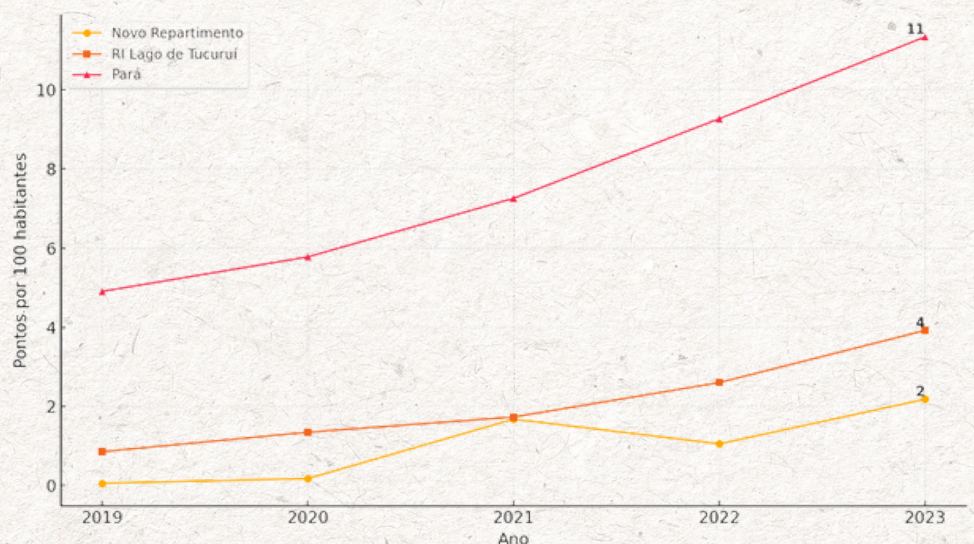
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Novo Repartimento apresentou crescimento, embora ainda se mantenha em patamares baixos. O indicador saiu de praticamente zero em 2019, chegando a 2 pontos por 100 habitantes em 2023. Apesar da oscilação em 2022, com uma queda pontual em relação ao ano anterior, o município demonstra uma tendência geral de expansão da conectividade. Esse avanço, no entanto, ainda é insuficiente para garantir inclusão digital ampla, especialmente diante das exigências crescentes por acesso à internet de qualidade para educação, trabalho e serviços públicos (Gráfico 31).

Na Região de Integração Lago de Tucuui, o crescimento foi mais expressivo e consistente, com o indicador subindo de 0,9 para 4 pontos por 100 habitantes ao longo do período. Ainda que os valores sejam modestos, o ritmo de expansão sinaliza maior investimento em infraestrutura de telecomunicações ou maior capacidade de adesão por parte da população. Já no estado do Pará, a evolução foi notável: a taxa praticamente dobrou a cada dois anos, saindo de 4,9 em 2019 para 11 pontos por 100 habitantes em 2023. O cenário estadual reflete políticas públicas, regulação e ações de mercado mais abrangentes voltadas à interiorização do serviço (Gráfico 31).

A persistente desigualdade entre os níveis municipal, regional e estadual evidencia o desafio da universalização do acesso à internet em territórios com menor densidade populacional e maiores barreiras geográficas. Em Novo Repartimento, políticas públicas específicas – como subsídios à expansão de redes, parcerias público-privadas e programas de inclusão digital – são fundamentais para superar essas limitações. A ampliação do acesso à banda larga é estratégica para a promoção da equidade social e do desenvolvimento sustentável, impactando diretamente na educação, na economia local e no exercício da cidadania (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuui x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

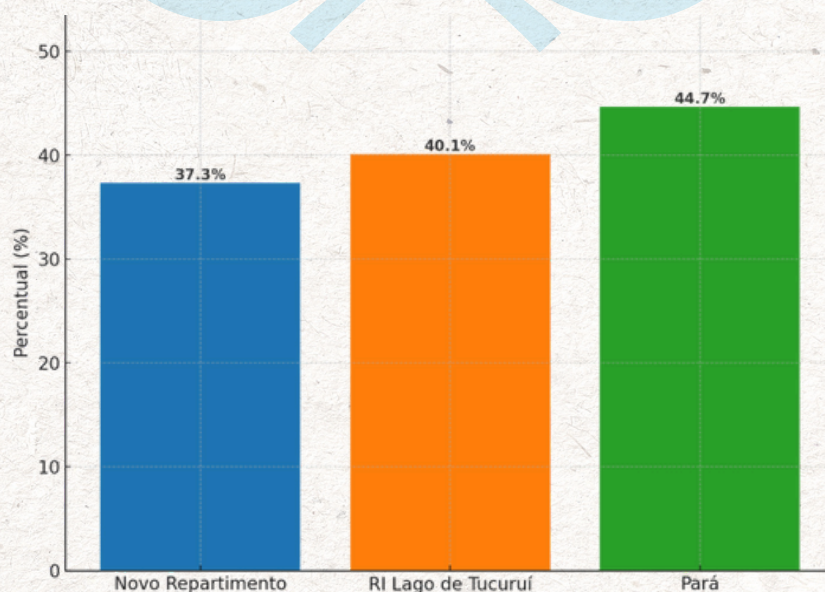
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Novo Repartimento** registrou um IDS de **37,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Novo Repartimento x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



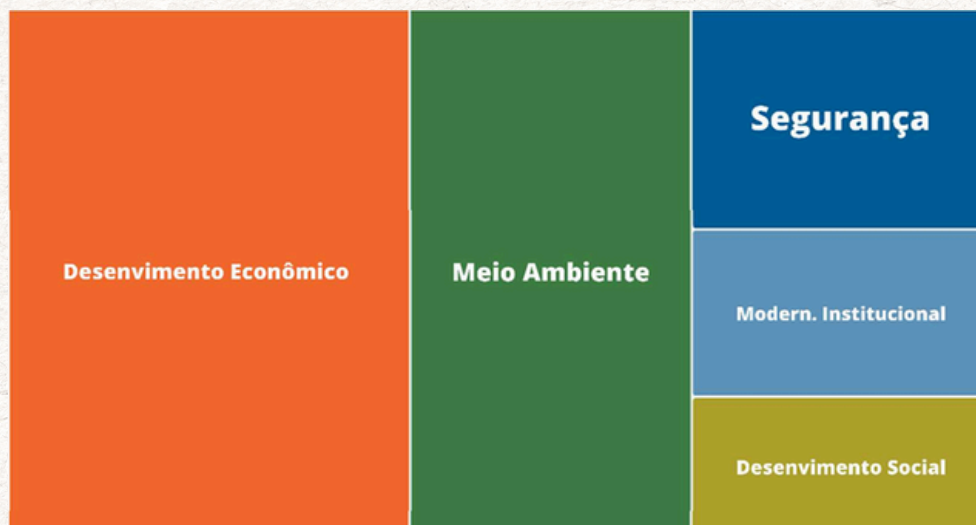
Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



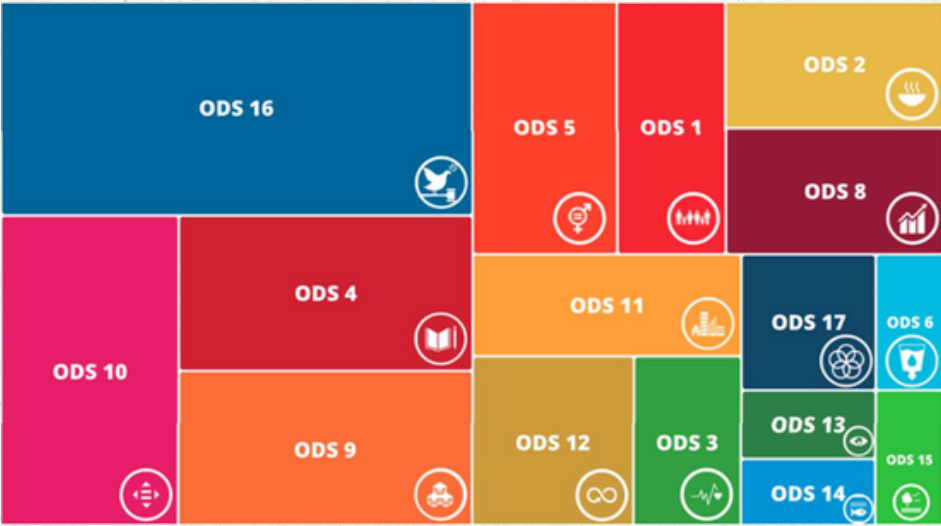
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

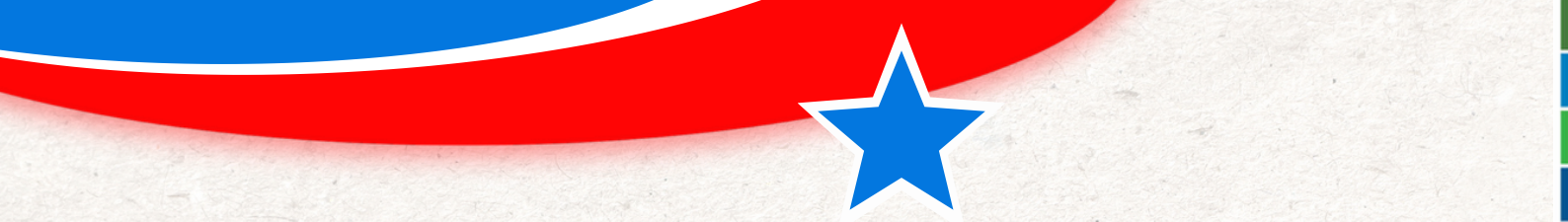
Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.


Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





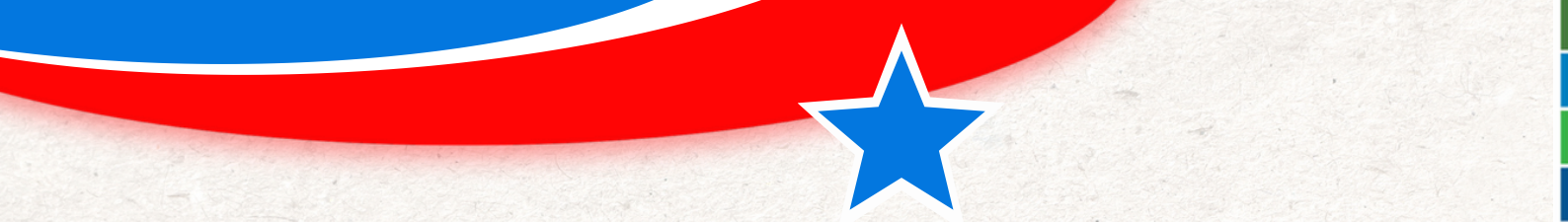
Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

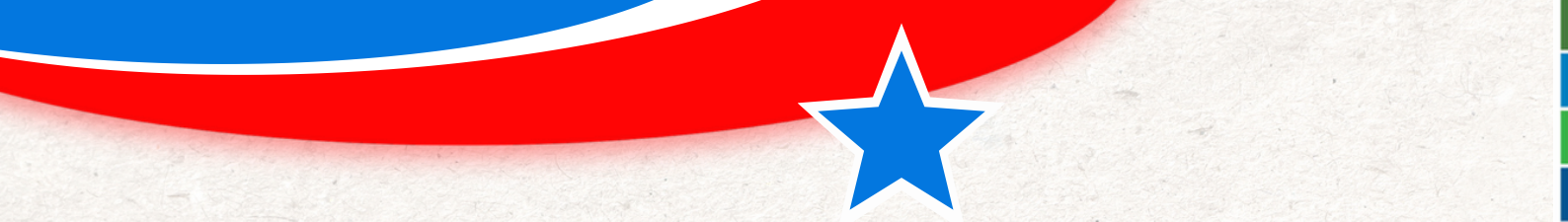
mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

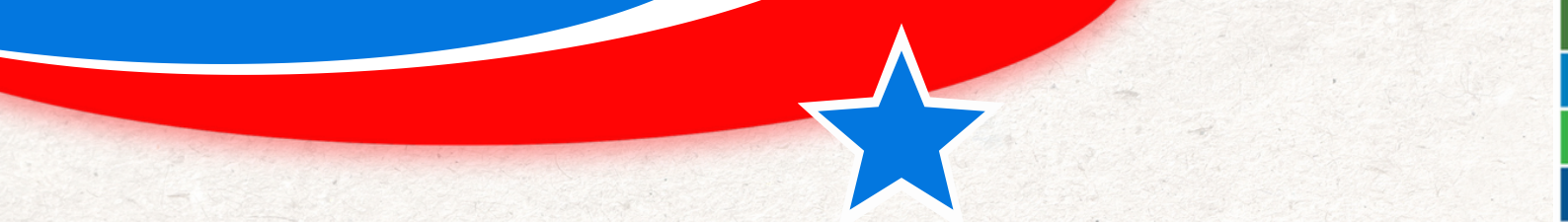
is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

